



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Dinâmicas Históricas de Acumulação do Capital em Moçambique: Do período colonial à pós-independência

Adérito Arlindo Magule¹

Resumo

O presente artigo, meramente teórico, objetiva estudar as dinâmicas históricas de acumulação do capital em Moçambique. Inicia apresentando um debate sobre a acumulação de capital; seguem-se as dinâmicas históricas de acumulação do capital em Moçambique que compreendem os dois períodos propostos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo, materializado através da revisão bibliográfica. Do estudo, constatou-se que a acumulação do capital em Moçambique no período colonial baseou-se na economia de exportação que se alicerçou na comercialização de escravos, exploração da força de trabalho, e, na exportação de mão-de-obra. Após-independência, verificou-se a estatização das unidades econômicas e, depois, com a influência de instituições financeiras internacionais, seguiu-se as políticas neoliberais, porém, continuou a exploração de mão-de-obra. Por fim, há surgimento de empresariado nacional fruto da expropriação do Estado, e, permanece a dependência do modo de acumulação baseada na exploração de trabalho através de pagamento de baixos salários.

Palavras-chave: Acumulação do Capital; Colonialismo; Independência; Moçambique

1. Introdução

Este artigo intitulado “Dinâmicas Históricas de Acumulação do Capital em Moçambique: Do período colonial à pós-independência” visa refletir sobre as dinâmicas que caracterizam a estrutura de acumulação de capital em Moçambique. Foi elaborado no âmbito da realização do V Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social, promovido pelo Departamento de Serviço Social, e, faz parte do projeto de tese de doutorado a ser desenvolvido no período de 2024 a 2028.

¹Doutorando em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da CAPES. E-mail: magulea88@gmail.com





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Pela sua história, após os Estados tradicionais, Moçambique, um país localizado no continente africano, apresenta uma diversidade de contextos de acumulação do capital localizáveis ao longo dos períodos da sua construção como nação. Primeiro, é preciso situá-los na dinâmica da economia colonial dos cerca de 500 anos de dominação, e, segundo, no processo da dinâmica do Estado independente, o que seria nas palavras de HANLON (1997, p.1), no “[...] capitalismo primitivo de cantineiro ao Marxismo, para voltar de novo ao capitalismo primitivo”.

A compreensão deste processo remete-nos naquilo que Karl Marx (1818-1883) apelidou de “a assim chamada a acumulação primitiva”, sendo a revolução agrária o epicentro do processo, e, mais tarde, a indústria extrativa, o capital comercial e o capital financeiro a posicionarem-se no cume. Todavia, para a sua concretização, a acumulação primitiva pressupõe, como pontuou Marx (2017) a violência, a expropriação dos meios de produção, entre outros.

Esta ação que teve início na Inglaterra e replicou-se pelo mundo, no contexto moçambicano, CASTEL-BRANCO (2017) a descreve como estando fora dos padrões anteriores ao modo capitalista de produção, pois, o colonialismo conduziu a economia nacional com base nos preceitos capitalistas a saber: expropriação da terra e exploração agrária etc. Também, apesar de inicialmente se ter estatizado a economia, emergiram “capitalistas nacionais [...], em aliança com capital multinacional, por via da expropriação do Estado e dos camponeses, [...], bem como através do controlo da apropriação e utilização do excedente” (CASTEL-BRANCO, 2017, p.259).

Portanto, é sobre esta dicotomia temporal e de atores que o proponente deste manuscrito pretende debater nas seções seguintes que abarcarão um breve debate sobre a acumulação de capital; as dinâmicas históricas de acumulação do capital em Moçambique que compreendem a ocupação efetiva, trabalho forçado e exploração da mão-de-obra, e; terminará com as tendências atuais deste processo.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2. Breves Considerações sobre o processo de Acumulação do Capital

Conforme já assinalado, a compreensão deste processo passa por uma imperiosa leitura do capítulo XXIV (A Assim Chamada Acumulação Primitiva) do icônico Livro I - **Capital**, de Karl Marx (2017), acrescida à leitura da “Acumulação do Capital: estudos sobre a interpretação econômica do imperialismo” de ROSA LUXEMBURG (1871-1919).

Entretanto, mesmo não sendo objetivo aprofundar esta matéria, é preciso ressaltar que o capitalismo surge na Europa ocidental fora do quadro capitalista em razão da oposição social que pode resumir-se em: luta do capital com a economia natural; a luta com a economia do mercado; e, a luta pela concorrência do capital no cenário mundial (LUXEMBURG, 1970). Por este fato, LUXEMBURG (1970) e MARX (2017) assinalam que a acumulação primitiva do capital pressupõe “mais-valia²”, sendo que, na “história real”, é resultado de “conquista”, “subjugação”, assassinio, expropriação, despojamento, conseqüentemente, uma minoria detém os meios de produção, e, a maioria, constituída por pobres, marginalizada e lançada ao mercado.

Conforme veremos mais adiante, o processo de colonização em África, testemunhou dois momentos: a penetração mercantil; e, a ocupação efetiva. Para sustentar o segundo momento, já no contexto da expansão do capitalismo, vale lembrar conforme LUXEMBURG (1970, p.319) marcou:

“É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que pode obter pelo caminho de comércio de mercadorias. A dificuldade nesse ponto consiste em que, nas grandes zonas da superfície terrestre, as forças produtivas estão em poder de formações sociais que ou não se encontram inclinadas ao comércio de mercadorias ou não oferecem os meios de produção mais importantes para o capital porque as formas econômicas ou estrutura social constituem obstáculo. Confiar-se ao processo secular lento [...] equivaleria para o

2 “Para que haja condições de acumulação é preciso que: a mais-valia que será capitalizada aparece, de antemão, na forma natural do capital; a ampliação da produção capitalista realiza-se, exclusivamente, com meios de produção e de subsistência próprios; as dimensões da ampliação da produção são previamente dadas pela quantia da mais-valia em cada caso [...]”, (LUXEMBURG, 1970, p.282).



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

capital a renunciar às forças produtivas daqueles territórios. Por isso é que o capitalismo considera, [...], a apropriação violenta dos meios de produção [...].”

3. Dinâmicas Históricas de Acumulação do Capital em Moçambique

A busca pela compreensão da construção histórica de acumulação do capital em Moçambique, perpassa pelo entendimento das dinâmicas histórico-políticas que marcaram a construção de Moçambique como Estado, nomeadamente, da dominação colonial (do mercantilismo à ocupação efetiva) e à independência nacional.

3.1. Do colonialismo

A relação entre Portugal e Moçambique começou pelos fins do século XV, quando Vasco da Gama, navegador português, escalou a ilha de Moçambique, em março de 1498, na busca de uma rota mais segura para a Índia (MONDLANE, 1975). Apesar de ter sido um encontro “acidental”, os portugueses interessaram-se em fazer trocas comerciais com os povos *swahilis*, que já comercializavam ouro e marfim com árabes. Para ALBUQUERQUE (1934), o período de trocas comerciais (1489-1590), constituiu o primeiro momento da fixação, o segundo, prolongar-se-ia sem previsão do término (durou quatro séculos), por via da ocupação efetiva e a exploração da força de trabalho³. Tal como se refere MARIÁTEGUI (2010) à ocupação efetiva dos espanhóis ao império Inca, foi no decorrer deste etapa que muito rapidamente descaracterizou-se todo o vestígio de organização cultural, socioeconômica e político africano.

Para melhor compreensão, WUYTS (1980) apresenta uma caracterização cronológica de 1885 a 1973, designadamente, 1885 a 1926 – período da dominação do capital estrangeiro não português; 1926 a 1960 – período do nacionalismo econômico de

3James Duffy (*apud* MONDLANE, 1975, p.31) considera que “António Enes tinha ideias claras acerca do papel a desempenhar pelos africanos: tinham que ser orientados para os objetivos portugueses. Se não aprendermos a fazer trabalhar o preto, se não tirarmos proveito do seu trabalho, dentro de pouco tempo seremos obrigados a abandonar a África a alguém que seja menos sentimental e mais prático [...]”.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Salazar; e, 1960 (63-64) a 1973 – período da crise e de restauração do capital. De referir que estes momentos pressupunham o avanço ao modo de produção capitalista, por isso, concordando com MOSCA (2021), ele foi suportado por métodos violentos e desumanos.

O primeiro período, o da ocupação efetiva, foi precedida pela distribuição dos recursos naturais pelos setores econômicos que manifestaram interesse, sendo de destacar, as terras férteis, os portos naturais, entre outros. Como ponto mais alto, Portugal optou por entregar uma parte do território moçambicano (Centro e Norte) à gestão de companhias de capital estrangeiro que desenvolviam economia de plantações (algodão, açúcar e arroz), a saber: Companhia de Niassa, Moçambique e Zambézia, (MONDLANE, 1975; WUYTS, 1980; HEDGES *et al*, 1999).

Neste estágio, MONDLANE (1975, p.34) entende que “a principal fonte de lucro continuava a ser a terra”. Todavia, MONDLANE (1975), WUYTS (1980) e NEWITT (1995) aventam a existência de um outro recurso (predominante no Sul) que podia ser explorado com lucro: a mão-de-obra, seja, nas grandes plantações; machambas familiares; e nas minas, sobretudo, das colônias britânicas, podendo ser através de trabalho correcional, obrigatório, contratado, voluntário e cultivo forçado e mão-de-obra de exportação.

Neste momento, para MONDLANE (1975) Moçambique era principalmente um país agrícola, cuja produção seguia um padrão racial que ilustra a política económica colonial portuguesa, ou seja:

“Moçambique, tal como muitos outros países coloniais subdesenvolvidos, era um importador de bens de consumo, incluindo produtos alimentares, [...] e um exportador de produtos agrícolas, a maioria dos quais apenas passando por um processamento industrial primário no local. Portugal era, obviamente, o principal parceiro comercial de Moçambique” (BRITO, 2019, p.20).

O segundo período, o do “nacionalismo econômico” foi registrado logo após o golpe de 1926 em Portugal, e, prolongou-se até 1960, (WUYTS, 1980; NEWITT, 1995). Neste período, MONDLANE (1975) recorda que Moçambique continuou a ser o principal



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

exportador de matérias-primas e importador de bens manufaturados de, e para a metrópole, porém, Salazar, então Primeiro Ministro, em parceria com Marcelo Caetano:

“[...] entenderam que Moçambique representava tudo o que existia de errado no regime republicano, caos administrativo, falta de políticas financeiras e económicas coerentes, inflação e uma moeda sem valor, domínio estrangeiro e fraqueza e humilhação internacional” (NEWITT, 1995, p.390).

Apesar das teses economicistas e nacionalistas que apregoavam, as tendências da economia não tiveram grandes alterações, manteve-se a exploração do campesinato e a exportação da mão-de-obra migrante⁴. Ou seja, a família camponesa serviu de base de reprodução social do trabalhador migrante, ou por outra, a base de todas as formas de reprodução que dela dependiam. Assim, as plantações, a indústria e machambas privadas não precisavam pagar salários para alimentação da família e do trabalhador, pagando desse modo, salários baixos (HEDGES *et al*, 1999).

Também conhecida como “era da Nova República”, nesta etapa, o capitalismo foi identificado de forma óbvia, as grandes companhias estrangeiras detentoras de concessões haviam transformado imensas zonas de Moçambique em colônias estrangeiras de que o governo português se via quase excluído. Os investimentos foram dominados pela África do Sul e Estados Unidos da América, depois, pela Grã-Bretanha, França, entre outros. Contudo, no seu reinado, Salazar pretendia limitar a interferência daqueles países nos assuntos internos de Portugal (MONDLANE, 1975; NEWITT, 1995).

O derradeiro período, é descrito por WUYTS (1980) como sendo da crise política e de restauração do capital. Foi marcado pelas independências africanas em resultado dos movimentos nacionalistas, coincide em Moçambique com o surgimento da

⁴ “A mão-de-obra migrante, desde cedo influenciada pelas descobertas de ouro e diamantes na África do Sul, tanto as autoridades coloniais britânicas como as portuguesas estavam ansiosas por regular e regularizar esta oferta de mão-de-obra. Os portugueses [...], logo se aperceberam da possibilidade de obterem receitas substanciais se fomentassem o recrutamento. Aperceberam-se também de que o fluxo de mão-de-obra ajudaria substancialmente os seus planos de desenvolvimento de Lourenço Marques como principal cidade portuária da África Meridional (NEWITT, 1995 p.421).



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

FRELIMO, e a pressão dos países desenvolvidos com vista a concessão das independências às colônias portuguesas e abolição do trabalho forçado em função da filiação de Portugal à Organização Internacional de Trabalho.

O fascismo tentou ludibriar a comunidade internacional com políticas de abolição do trabalho forçado, contudo, a pressão e as reivindicações exercidas pelos movimentos nacionalistas, não só implicaram na sua abolição, como também orientaram para a alteração no próprio sistema de exploração capitalista. Com o desenrolar da guerra de libertação, assiste-se entre 1964-1973, a reestruturação do capital colonial, sendo de destacar a industrialização do setor açucareiro e aparecimento de empreendimentos de prestígio internacional como o da Barragem de Cahora-Bassa, (WUYTS, 1980).

É de notar que durante todo o período de ocupação efetiva, o sistema de produção familiar camponesa herdado do período anterior, foi transformado na base principal para a acumulação do capital na nova economia colonial, o que lhe atribuía o cunho de uma economia estratificada racialmente e, conseqüentemente na exploração da mão-de-obra e do trabalho dos povos originários.

3.2. Pós-Independência

A independência de Moçambique proclamada a 25 de junho de 1975, resultante dos “Acordos de Lusaka” entre o Governo de Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), para além do significado político, teve um impacto na economia. A par do que se sucedeu em quase todas as ex-colônias, por exemplo, quando MARIÁTIGUI (2010) referia-se à situação peruana, em Moçambique a independência significou a perda das bases e atores que suportavam a economia e paralisação das forças produtivas resultante da expulsão de proprietários portugueses.

Para buscar o equilíbrio, NEWITT (1995) descreve que a FRELIMO tomou o poder afinçada em acabar com a opressão social e política e a miséria econômica, e acreditava



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

que o futuro do país estava na construção de uma economia moderna baseada numa agricultura mecanizada e no incremento industrial. É preciso vincular esta medida ao exemplo Soviético descrito por BAMBIRRA (1993) para evidenciar que, a FRELIMO buscava corrigir as barbaridades e as moléstias da dominação colonial; recuperar as forças produtivas; controlar a produção e a sua distribuição; e melhorar os seus métodos.

Para JOSÉ (2005) e CASTEL-BRANCO (2017) este processo compreendeu três momentos principais, a saber: (1) orientação socialista, que apregoava uma planificação econômica centralizada; (2) liberalização da economia, aderência de Moçambique aos programas de reajustamento estrutural das *Bretton Woods*, alteração do papel do Estado na economia, e introdução de políticas de privatização dos meios de produção; e, (3), endividamento e dependência externa progressiva, de 2005 a 2015, que caracteriza-se pela expropriação dos recursos naturais e da capacidade financeira do Estado.

Sob a inspiração dos países do leste-europeu, depois do III Congresso, a FRELIMO declarou-se de orientação marxista-leninista. Com o apoio daqueles países, em 1979, preparou o primeiro plano de vulto, o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que objetivava a colectivização do campo; industrialização e formação, conseqüentemente, eliminar o subdesenvolvimento no período de 1980-1990, (CASTEL-BRANCO, 1995; BRITO, 2019). Este instrumento compreendia essencialmente:

“Uma economia de planificação centralizada; a estatização da economia [...]; a socialização do campo através de unidades de cooperativas agrárias, da construção das aldeias comunais e a conseqüente transformação dos camponeses em operários agrícolas ou em cooperativistas sem-terra [...] e sem posse individual de factores de produção de capital e onde os resultados produtivos e os benefícios monetários eram repartidos igualitariamente [...]” (MOSCA, 2021, p.13).

Na seqüência, CASTEL-BRANCO (2017) indica que o Estado fez-se circundar de uma economia essencialmente agrária baseada em unidades agropecuárias estatais, unidades cooperativas, explorações familiares e explorações particulares, cujos 90% de



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

investimento total, foram canalizados ao setor agrário estatal, sendo o remanescente, nos restantes setores, com relevância para as cooperativas.

Implementado num país com características distintas das soviéticas, o plano não logrou sucesso. Dentre vários empecilhos, foi-lhe imputado má gestão macroeconómica, destroçava a estrutura dos preços relativos em desfavor da agricultura e das exportações, desincentivava a operação do setor privado e estrangeiro (CASTELBRANCO, 1995). Especialistas indicam que:

“Embora o socialismo fosse uma opção de desenvolvimento possível, a adopção dessa via não teria que seguir um modelo particular, soviético ou qualquer outro. Aliás, socialismo e desenvolvimento não são compatíveis com cópias de modelos, porque ambos são orientados para o desenvolvimento e transformação de forças sociais e económicas concretas. Portanto, a crítica à experiência moçambicana não tem que se tornar numa rejeição da opção da transformação socialista da economia, em si, embora seja uma crítica-rejeição de um modelo particular de socialismo [...]”, (CASTELBRANCO, 1995, p.600).

Contudo, é preciso interligar estas críticas à observação de Lenin *apud* BAMBIRRA (1993) quando abordava o processo de transição resultante das revoluções. Há que recordar que Moçambique era (é) um país atrasado *muito por conta da sua dinâmica histórica colonial* o que lhe tornou difícil romper o modelo capitalista, assimilar e ter sucesso nas novas relações socialistas, pois, até à data, desprovia-se de capital humano suficiente e capaz de fazer uma interpretação económica dos novos métodos.

Resultante do fracasso, em 1983, sob a égide ocidental, retorna-se ao capitalismo “primitivo”. Este momento, talvez o mais marcante da história da economia política moçambicana, a sua relevância prende-se com o fato de abranger um período em que o país enfrentava uma crise socioeconômica e política agudizada pela guerra de desestabilização econômica promovida pela África do Sul (WUYTS, 1990).

WUYTS (1990) e HANLON (1997) referem que esta contrariedade sucedeu-se num período em que haviam tendências de recuperação dos índices de crescimento econômico e perspectivavam-se melhorias, porém, em 1981, fatores como a guerra civil



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

e seca, conduziram a sociedade a uma privação de meios de subsistência e à fome, obrigando a FRELIMO a adotar novas estratégias, entre elas, filiação ao Banco Mundial e ao Fundo monetário Internacional; e, adesão ao programa de ajustamento estrutural assente nos princípios do Consenso de Washington, traduzido em Programa de Reabilitação Económica, e, mais tarde, se acrescido a categoria “Social” (PRE - PRES).

WUYTS (1990), CASTEL-BRANCO (1995) e MOSCA (2021) sintetizam que este instrumento visava a redução da inflação, desvalorização da moeda nacional e *déficit* público, por forma a assegurar a redução das despesas públicas, o tamanho e a importância do Estado e das empresas públicas na economia e estimular as exportações e dificultar as importações para compensar as contas externas, medidas tidas pelos doadores como “*varinha mágica*” para a ressurreição das economias pós-guerras.

Todavia, enquanto os financiadores insistiam com suas políticas monetárias e de restrições, os resultados não apareciam, e aumentou a pressão das agências multilaterais para apressar o processo de “privatização e a liberalização [...]”, (CASTEL-BRANCO, 1995, p.601). Este insucesso pode estar naquilo que HANLON (1997) considerou não existirem modelos extraordinários para a reconstrução nacional, por isso, o caso de Moçambique não perpassava pelos programas de reajustamento econômico de orientações ocidentais, essa responsabilidade caberia aos moçambicanos.

Com estas imposições, Dom Manuel (*apud* HANLON, 1997, P.1), observou que:

Moçambique passou de um colonialismo para outro ainda mais forte, que é o colonialismo econômico: os novos colonizadores usam meios imorais para levar a cabo a sua colonização: a corrupção e a guerra. O novo é mais perigoso porque não se lhe vê a cara. E acrescenta que Moçambique está ameaçado politicamente, economicamente e culturalmente sendo as principais ameaças o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Apesar do seu descumprimento, esta fase precipitou a emergência de uma classe de proprietários privados, aliciou investimento estrangeiro e, o Estado deixou de ser o definidor de estratégias concretas de desenvolvimento, limitando-se a “oportunidades e



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

opções do capital emergente e contribuindo para o tornar rendeiro, dependente e especulativo” (CASTEL-BRANCO, 2017, p.286). De igual forma, surge o primeiro lote de “futuros” empresários nacionais beneficiários de empresas emergentes falidas, na sua maioria ligados à FRELIMO, que continuou a garantir alguma produção, tanto industrial, de extração mineira, assim como, de exploração agrária.

Por último, a partir de 2005, assiste-se ao endividamento e dependência externa progressivos na dinâmica moçambicana de acumulação de capital. CASTEL-BRANCO, (2017, p.287) constata que esta fase atingiu o cume em 2015, sendo que:

[...], [está sendo marcada] pela [...], expropriação do Estado dos seus recursos naturais mais estratégicos e das infra-estruturas vitais para a rentabilização desses recursos, a expropriação do Estado da sua capacidade financeira pela exaustão da sua margem de endividamento para promoção do grande capital extractivo e financeiro, multinacional e doméstico, e a austeridade social e económica imposta posteriormente à explosão da bolha especulativa, a qual tem impacto marcante na redução do poder de compra das classes trabalhadoras, no aumento da diferenciação da distribuição do rendimento real e nas limitação das opções e oportunidades para a emergência de alternativas de desenvolvimento.

Contrariamente ao preceito marxiano, CASTEL-BRANCO (2017) averiguou que nesta fase, o expropriado já não é mais o agricultor pobre, senão, o próprio Estado, por “Carteis” formados por uma classe de “capitalistas” nacionais posseiros e/ou próximos ao poder político que vão se apossando de terras férteis, minas (sobretudo nas “zonas económicas especiais), e de garantias estatais para aquisição de financiamentos e/ou estabelecimentos de acordos com multinacionais.

De igual forma, os indícios de capitalismo neste estágio vislumbram-se pela formação de um exército de empregados e pobres urbanos e, o campo está progressivamente dependente do trabalho assalariado, na sua maioria, abaixo dos custos iniciais de reprodução social. Para arrematar, esta etapa colocou os moçambicanos nas extremidades, uma minoria enriquecida e grandes contingentes pobres e desempregadas.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

4. Considerações finais

A proposta deste manuscrito era trilhar as dinâmicas históricas de acumulação do capital em Moçambique partindo do período colonial à independência. Primeiro é preciso assinalar que antes da penetração mercantil e ocupação efetiva portuguesa, os povos do território hoje designado Moçambique, desenvolviam atividades agropecuárias e mercantis com comerciantes árabes.

A acumulação do capital durante o período colonial, seguiu uma periodização de acordo com as dinâmicas políticas e econômicas da metrópole, sendo que, sempre esteve assente em uma estrutura essencialmente de exportação de escravos para as plantações cafeeiras da América Latina, exploração da força de trabalho dos africanos, seja nas Companhias, nas machambas particulares, assim como, na indústria extrativa e nas obras públicas e, na exportação de mão-de-obra para África do Sul e Rodésia.

No período pós-independência, verificou-se uma miscelânea de políticas, inicialmente, implementou-se o socialismo, caracterizado pela estatização das unidades econômicas. Com a alteração da geografia política internacional, aliada à guerra civil e à seca, adotou-se políticas neoliberais e de privatização promovidas pelas instituições financeiras internacionais de modo a ressuscitar economicamente. Porém, HANLON (1997) observou que até 1994 continuava a exploração de mão-de-obra. A última fase caracteriza-se pela expropriação do Estado, e permanece a dependência do modo de acumulação à exploração de trabalho e pouco investimento na agricultura de plantações.

Referências

ALBUQUERQUE, M. **Moçambique 1896-1898**. Volume II. Lisboa: Biblioteca Colonial Portuguesa, 1934

BAMBIRRA, V. **A Teoria Marxista de Transição e a Prática Socialista**. Brasília: Universidade de Brasília, 1993





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

BRITO, L. **A FRELIMO, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983.**

Maputo: IESE, 2019

CASTEL-BRANCO, C. N. **Lógica Histórica do Modelo de Acumulação de Capital em Moçambique.** IESE-Desafios para Moçambique, 2017.

CASTEL-BRANCO, N. Opções Económicas de Moçambique 1975-95, lições e Ideias Alternativas. Em: **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento.** Maputo: Brazão Mazula, 1995. p. 672.

HANLON, J. **Paz sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique.** 1ª ed. Maputo: Coleção Nossa Chão, 1997

JOÃO, M. **Des(continuidades) Políticas e Económicas de longa duração do Sector Familiar (Camponeses) em Moçambique.** Maputo: Observatório Rural (111), 2021

JOSÉ, A, C. **Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: O caso da Indústria do Caju.** Coimbra: CES/FEUC/FLUC, 2006. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

MARIÁTEGUI, J, C. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana.** 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política:**, Livro I, O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2017

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique.** 1ª ed. Portugal: Terceiro Mundo, 1975

NEWITT, M. **História de Moçambique.** Portugal: B-H Publicações Europa-América, 1995.

WUYTS, M. **Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique.** Estudos Moçambicanos (1), n. 3, p. 9–22, 1980.

WUYTS, M. **Gestão e Política de Reajustamento em Moçambique.** Estudos moçambicanos (8), n. 3, p. 99-124, 1990.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

HEDGES, D, et al. **História de Moçambique**: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Volume 2. 2ª Ed. Maputo: Imprensa Universitária, 1999

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

